



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de minicomputadores e monitores, conforme Termo de Referência – Anexo I.

Trata o expediente de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90035/2025, com abertura para o dia 20 de maio de 2025, às 9h.

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

A impugnante insurge quanto a regra do Edital que prevê a compra por lote único.

Manifesta interesse na participação do certame, que analisou o presente ato convocatório, de forma rigorosa e minuciosa, encontrando exigências que devem ser urgentemente reparadas, pois possuem cláusulas que impedem a participação de diversas empresas amplamente capacitadas.

A impugnante argumenta que os itens previstos no GRUPO 01: MICROCOMPUTADOR E MONITOR, são fornecidos por empresas distintas, por tratar o objeto de ramos de atividades diferentes. Que não é possível as empresas participarem da licitação visto que são produtos e serviços diversos, que nem todas as empresas comercializam todos os equipamentos.

Solicita que a Entidade proceda ao desmembramento das categorias que englobam um lote apenas, por se tratar de objetos muito diversos entre si, pois a divisão trará benefício à Administração, atraindo empresas especializadas em seus ramos de atividades, por conseguinte, ampliando a competitividade e menor preço.

Que dificilmente haverá uma única empresa que forneça todos os equipamentos englobados no lote, já que são incompatíveis, comportando, portanto, plena divisibilidade sem comprometimento ao objeto, muito pelo contrário, a divisibilidade acarretará em benefício para esta Administração, uma vez que evitaria certames fracassados, ou até mesmo desertos, assim, ampliando a participação de empresas, vez que se dedicam a apenas alguns dos serviços, uma vez que especializadas, assim, nítido que a junção de itens autônomos e distintos em um mesmo lote, data vênica, ofende a competitividade e a busca pela melhor proposta.

Ainda, argumenta que manter o edital da maneira como está, seria afrontar o princípio da legalidade, uma vez que a lei garante a participação de qualquer interessado nos certames, ou seja, desde que seja capacitado para prestar o objeto do edital e trabalhe em ramo compatível, deve ter a possibilidade de participar da licitação sem restrições, assegurando assim o princípio da ampla competitividade.

A impugnante finaliza apresentando algumas passagens da lei 8.666/1993, doutrina e acórdãos.

REQUER:

Em face do exposto, requer-se que seja acatado o Pedido de Impugnação do referido Edital, declarando a nulidade do mesmo, decorrente da limitação do caráter competitivo do certame, afrontando diretamente princípios constitucionais e legais.

DA ANÁLISE POR PARTE DO PREGOEIRO /ÁREA REQUISITANTE

A impugnação foi apresentada tempestivamente, em observância aos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e ao regramento contido no ato convocatório.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Edital do Pregão Eletrônico n.º 90035/2025 foi analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica do SAMA E, nos termos da legislação atinente à matéria.

Cumpr-se designar que a análise e a manifestação serão efetuadas considerando a vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da isonomia, posto que o Edital é o princípio básico de toda licitação.

Recebemos a presente impugnação, eis que enviada tempestivamente, e a área requisitante assim se manifestou sobre os apontamentos:

1. Sobre a alegada limitação à competitividade e necessidade de desmembramento:

A formação do objeto em lote único foi deliberada com base em critérios técnicos e administrativos que visam à **padronização dos equipamentos adquiridos**, à **otimização dos recursos públicos** e à **uniformidade dos processos de instalação, manutenção e suporte técnico**.

Ressaltamos que **a reunião dos itens em um único lote não configura afronta aos princípios da isonomia ou da competitividade**, uma vez que:

- Já realizamos licitações anteriores com escopo similar, em lote único, sem registro de certames desérticos ou fracassados;
- O mercado demonstra viabilidade para a aquisição dos itens agrupados: há orçamentos apresentados por empresas distintas, de ramos diversos, que comercializam os produtos em conjunto;

- A padronização técnica dos equipamentos é imprescindível para garantir a compatibilidade, integração e gerenciamento unificado, principalmente no que diz respeito ao suporte, instalação e à operação dos sistemas adquiridos.

2. Economia de escala e vantagem para a Administração

A adoção do lote único também visa garantir **melhor economia de escala**, com consequente redução de custos administrativos e operacionais, o que atende ao princípio da **vantajosidade** previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

O desmembramento sugerido pela impugnante, ao contrário do que se afirma, poderia:

- Aumentar os custos logísticos e de gestão de contratos;
- Gerar riscos de **incompatibilidade técnica entre equipamentos de fornecedores distintos**;
- Implicar na contratação de múltiplos fornecedores, dificultando a gestão e o controle de garantia e assistência técnica.

Lembro ainda que **parte dos argumentos expostos está levando em consideração a Lei nº 8.666/93**, o que é inadequado pois esta **foi substituída pela Lei nº 14.133/21**, atualmente em vigor e, portanto, tais argumentos não são aplicáveis a este certame.

3. Conclusão

Diante do exposto, e com base no interesse público, **entendemos que a impugnação deve ser indeferida, mantendo a estrutura do edital com a composição em lote único**, por entender que:

- A medida garante padronização, eficiência administrativa e melhor custo-benefício;
- Há empresas aptas a fornecer todos os itens conjuntamente, conforme demonstrado em orçamentos preliminares;
- O agrupamento não fere o princípio da competitividade, pois não restringe a participação de fornecedores, mas prioriza a solução mais vantajosa e técnica para a Administração.

Por todo o exposto, salvo melhor juízo, entendemos que o edital deve permanecer sem alterações.

DA DECISÃO

Considerando os argumentos apresentados, ponderando as razões da impugnante, o Pregoeiro, considerando também a manifestação da área Requisitante, manifesta-se no sentido de dar conhecimento à impugnação, em vista da presença de regularidade formal e, no mérito, negar-lhe provimento, conforme fundamentação apresentada.

À consideração superior, para que revise e, a seu critério, mantenha ou mude a decisão.



Caxias do Sul, 14 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente

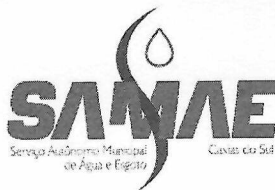
gov.br

VIVALDO SILVEIRA DE CAMARGO JÚNIOR

Data: 14/05/2025 15:54:51-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Vivaldo Silveira de Camargo Júnior,
Pregoeiro.



PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2025004004

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90035/2025

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de minicomputadores e monitores, conforme Termo de Referência – Anexo I.

Concordo com os termos constantes dos autos, referente ao julgamento da Impugnação. **RATIFIQUE-SE** a decisão do Pregoeiro.

Caxias do Sul, 14 de maio de 2025.


João Uez,
Diretor-Presidente do SAMAE.